

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA /RJ

**DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes a todos os cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do Gabarito Oficial, conforme disposto no **EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO nº 001/2010, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA/RJ.**

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

| Nº | Nome | Cargo |
|-----------|---|--|
| 103001101 | Adany Karolliny silva | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1080 | Carina da Silva Cardoso | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 103000569 | Delia Terezinha Mattos Muruci | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 103000126 | Elenice De Almeida Gloria Freitas | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1179 | Erika Aparecida Mazoto | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1188 | Fabielly da Silva Sarmiento Monteiro | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1618 | Fabio Toledo da Silva | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1250 | Jane Batista Ferreira Pires | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1630 | Leda Maria Coutinho | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1319 | Luciana de Oliveira Ribeiro | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1320 | Luciana Maciel Vicente | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1404 | Natalia Maria Damasceno Aleixo da Silva | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1486 | Sara Muller Ribeiro | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1545 | Viviana Ferreira Pires | PROF. A – Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund. |
| 1555 | Aline de Souza Maia | PROF. B - CIÊNCIAS |
| 103000013 | Fabielly Da Silva Sarmiento Monteiro | PROF. B - CIÊNCIAS |
| 103000347 | Allan Jhones Da Silva Novaes | PROF. B - EDUCAÇÃO FÍSICA |
| 103000414 | Carlos Americo Neves Dos Santos | PROF. B - EDUCAÇÃO FÍSICA |
| 103000316 | Marilza Rangel Barreto | PROF. B - EDUCAÇÃO FÍSICA |
| 103001041 | Marta Silva Do Amaral Borba | PROF. B - EDUCAÇÃO FÍSICA |
| 1643 | Saloana Aparecida Bendia | PROF. B - EDUCAÇÃO FÍSICA |
| 103000460 | Aline Aparecida De Barros Mazotto | PROF. B - GEOGRAFIA |
| 1661 | Flavia da Silva Araujo | PROF. B - GEOGRAFIA |
| 103000556 | Marcia Aparecida Pereira De Mello | PROF. B - GEOGRAFIA |
| 103000561 | Ricardo Da Silva Rocha | PROF. B - GEOGRAFIA |
| 103001188 | Carlos Renato De Ataide | PROF. B - HISTÓRIA |
| 1694 | Clelimar Jorge Caldeira | PROF. B - HISTÓRIA |
| 1697 | Darcy Resende Negreiros | PROF. B - HISTÓRIA |
| 1717 | Livia Badaro Fabricio | PROF. B - HISTÓRIA |
| 103000552 | Silvério Soares De Azevedo | PROF. B - HISTÓRIA |
| 1748 | Elzira Lopes Alves | PROF. B - INGLÊS |

| | | |
|-----------|-----------------------------------|----------------------------------|
| 103000282 | Ana Carolina Pillo | PROF. B - MATEMÁTICA |
| 1775 | Antonio Carlos Sousa | PROF. B - MATEMÁTICA |
| 103000897 | Edilaine Da Silva Freitas | PROF. B - PORTUGUÊS |
| 1846 | Elenice de Almeida Gloria Freitas | PROF. B - PORTUGUÊS |
| 103000540 | Erika Aparecida Mazoto | PROF. B - PORTUGUÊS |
| 1855 | Gianna Lucia Moreis | PROF. B - PORTUGUÊS |
| 103000492 | Fabiano Madeira Lacerda | PROF. P – ORIENTADOR EDUCACIONAL |

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

CARGO: Professor A – Professor Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Questão 07: Recurso Improcedente

A alternativa correta é mesmo a letra B, conforme informa o gabarito oficial, pois somente os itens I e IV estão certos. A opção D, escolhida pelo(a) candidato(a) recorrente como resposta, considera também certa a classificação feita no item III, o que não é correto, pois a oração “...*embora os erros de tradução da ferramenta sejam perceptíveis...*” (2.º §) não é uma coordenada sindética adversativa. A oração em questão é uma subordinada adverbial concessiva, o uso da conjunção “*embora*” comprova isso. Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 18: Recurso Improcedente

O art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porciúncula estabelece os impostos de competência do Município. Lei Orgânica do Município de Porciúncula

Art. 66 - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado definida em Lei Complementar Federal que poderá excluir da incidência em se tratando de exportações de serviços para o exterior.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

Questão 19: Recurso Improcedente

O item II da Lei Orgânica do Município estabelece que cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis nele situados, pertence ao Município.

Art. 68 - Pertence ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda proveniente de rendimentos pagos a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores em seu território;

IV - A sua parcela dos vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto de Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ICMS, na forma do parágrafo seguinte:

V - impostos;

VI - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “C”.

Questão 20: Recurso Improcedente

Em conformidade com o art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porciúncula:

Art. 87 - O Município prestará assistência social aos carentes nas áreas Urbana e Zona Rural, através dos órgãos assistenciais da Administração Municipal e outros órgãos integrados, assegurando os direitos para os que percebem até **1 (um) salário mínimo**, os desempregados e para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 24: Recurso Procedente – QUESTÃO ANULADA

O recurso procede, pois não há em nenhuma opção da questão 24 a resposta correta. O correto seria a letra D, desde que a data estivesse especificada em 6 anos completos até 31/03/2010.

Em 14/01/2010 o MEC/CNE (Ministério da Educação e Cultura/Conselho Nacional de Educação) publicou a Resolução 01, Art. 2º no qual afirma que as crianças para ingressarem no 1º ano do Ensino Fundamental deverão estar com 6 anos completos até 31/03/2010. Permitiu, porém, que nas escolas públicas municipais a Lei entrasse em vigor em 2011.

Questão 27: Recurso Improcedente

O recurso não procede. Magda Soares em seu livro “Letramento e Alfabetização: as muitas facetas” e ainda; “Letramento: um tema em três gêneros”. BH. Autêntica, 1998, afirma que “Alfabetizar e Letrar são processos distintos, porém interligados. É possível alfabetizar letrando. Isto é, podemos ensinar crianças e adultos a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo, com a mesma ênfase, convidá-los a se tornarem leitores, a participarem da aventura do conhecimento implícito no ato de ler”.

Um dos quesitos fundamentais para a aquisição da alfabetização com letramento são os estímulos que as crianças recebem desde o primeiro ano de vida, que são as músicas, brincadeiras variadas (esconde-esconde, faz de conta, bater palmas, bater os pés etc). Utilizar ainda brinquedos coloridos como blocos lógicos, blocos para prensão, objetos para pegar e jogá-los ao chão várias vezes, livros de plásticos para a hora do banho, livros de pano que poderão ser manuseados. Tudo isso é iniciado na creche que hoje, em uma visão moderna, não só tem o objetivo de dar assistência às crianças mas “cuidar, educar e brincar”.

Consideramos, ainda, que mesmo se fôssemos só alfabetizar as crianças, estes estímulos desde o primeiro ano de vida são essenciais para o desenvolvimento delas.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

Questão 32: Recurso Procedente – QUESTÃO ANULADA

O recurso procede, pois a alternativa E -“todas as alternativas estão corretas” contradiz o gabarito apresentada (C) como alternativa que atende coerentemente ao enunciado da questão. Nesse caso, a questão deverá ser anulada.

Questão 33: Recurso Improcedente

O recurso não procede. A opção A é a correta, pois não se pode afirmar que a letra é Imprensa manuscrita, isso não existe. Se ela é imprensa não poderá ser manuscrita.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

Questão 35: Recurso Improcedente

Piaget como epistemólogo que foi, afirma em sua teoria que “a criança aprende e se desenvolve a partir de sua maturação biológica, mas apenas adquire suas habilidades a partir de sua ação no ambiente”... Do livro Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento – Braga, Tatiana B.M. maio/2010.

Sabemos hoje, que as crianças aprendem através de brincadeiras, jogos, histórias, nos contatos familiares, mas se estamos falando de Piaget, a opção correta é a letra “D”.

Questão 37: Recurso Improcedente

Os recursos interpostos não apresentam nenhuma fonte comprobatória de seus argumentos, como determina o Edital que regula este concurso. Já a questão 37, de Conhecimentos Gerais, está embasada em informações divulgadas pelo órgão em sua página na internet e em veículos de comunicação de grande respeitabilidade nacional. Ela se refere claramente ao segundo bimestre deste ano (“...nos meses de março e abril de 2010...” – “Os dados sobre desmatamento do segundo bimestre do ano”), portanto, o questionamento estava voltado aos dados divulgados pelo INPE no que diz respeito a esse período, o que os candidatos recusantes podem comprovar no endereço abaixo:

http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0_MUL1598406-16052_00-INPE+DETECTA+KM+DE+DESMATAMENTO+EM+MARCO+E+ABRIL+NA+AMAZONIA.html

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 39: Recurso Improcedente

A questão solicita que o candidato aponte a afirmativa que apresenta uma proposta correta incluída na “Emenda Ipsen – bem explicada no enunciado da questão (“que ganhou este reconhecimento em homenagem a seu propositor, o deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)”) – portanto, não era objetivo desta, levantar discussões ou explorar profundamente o fato, mas que o candidato apontasse entre as opções (e as alternativas A, C, D e E estão completamente equivocadas) aquela que estivesse de acordo com essa emenda. A Banca destacou na resposta correta a questão que foi a grande geradora de polêmica e que chamou a atenção de toda a opinião pública para o fato: distribuição dos royalties de petróleo a todos os municípios brasileiros via FPE. Portanto, a questão está correta, é de simples interpretação (já que possui grande objetividade no enunciado e na sua resposta correta) e bastava que o candidato estivesse inteirado sobre o fato para que tivesse condições de apontar a afirmativa correta. Se há uma outra divisão global, antes da destinação aos municípios, que determina que o recurso referente ao royalties serão divididos em 40% para União, 30% para Estados e 40% para municípios, esse fato não foi o gerador de toda a polêmica e não desabona ou torna incorreta a afirmação de que propõe essa emenda “que todos os royalties do petróleo devem seguir como regra de distribuição o FPE, inclusive a dos contratos já existentes”. Ora, se não houvesse essa proposta apresentada na alternativa B no projeto original de Ibsen Pinheiro poderíamos acatar a sugestão do candidato de anular a questão, mas é esta proposta que vem juntamente gerando protestos, indignação de uns estados e expectativa de outros, enfim, muita polêmica. Portanto, a questão está correta, embasada e os argumentos apresentados pelo candidato, embora amplie a discussão sobre o fato, não contradiz a afirmação contida na alternativa B.

Para maiores esclarecimentos, segue o link abaixo:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u710313.shtml>

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

CARGO: Professor B - Ciências

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

CARGO: Professor B – Educação Física

Questão 20: Recurso Improcedente

As alternativas “A” e “E” são semelhantes e tal fato não interfere no questionamento dado para análise, visto que a alternativa que atende corretamente ao enunciado da questão, é a alternativa “D”.

Art. 22 e 23 – Lei Orgânica do Município de Porciúncula, 04 de Abril de 1990.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 21: Recurso Improcedente

O candidato recorrente, ao descrever seu recurso, se baseou na questão de nº 20, a qual já se encontra respondida anteriormente. Esta questão de nº 21, não apresenta nenhuma incorreção.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 27: Recurso Improcedente

A questão cita a avaliação escolar como uma prática de inclusão e apresenta quatro alternativas corretas, sendo uma delas: *o conhecimento como processo plural e polifônico*, ou seja, uma avaliação como um processo de múltiplas variáveis, não bastando apenas de instrumentos escritos, classificatórios para notas de aprovação ou reprovação. Ainda quanto a referência aos PCNs, apesar de não citado no enunciado da questão, como o candidato argumenta, a avaliação também é vista como um processo e prática de inclusão, assim a alternativa incorreta, como pede a questão é a D, onde cita a avaliação como resultado de acumulação de informações recebidas.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 28: Recurso Improcedente

Conforme os PCNs, o trabalho com a proposta da transversalidade se define em torno de quatro temas, sendo um deles: *os temas transversais NÃO constituem de novas áreas, pressupondo um tratamento integrado nas diferentes*. PCN- (terceiro e quarto ciclo de Ensino Fundamental) Temas transversais, pag 28.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 33: Recurso Improcedente

Os indígenas faziam seus utensílios, ferramentas e armas utilizando apenas madeiras, cipós e pedras. Eles não dominavam a utilização do metal nem tão pouco do aço. As utilizações das espadas provem dos Europeus: os Lordes, cavaleiros, guerreiros, espadachins, piratas e bárbaros. Com mais atenção ao ler as outras alternativas o candidato recorrente chegaria a esta conclusão. Bibliografia: **Oliveira**, Vitor Marinho de: *O que é educação física* – São Paulo: Brasiliense, 2004: pág 50.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

Questão 36: Recurso Improcedente

De acordo com o livro “Personal training e Condicionamento Físico” dos autores *Jeferson S. Novaes e Jeferson M. Viana*, autores esses Mestre sem treinamento desportivo, Pesquisadores e Professores Universitário diz exatamente o enunciado da alternativa (A) (correta do gabarito) e as outras alternativas não condizem nem um pouco com a definições de condicionamento físico. Analisando as outras alternativas com um pouco mais de atenção e raciocínio, o candidato recorrente chegaria a esta conclusão. Bibliografia: **Novaes**, Jefferson s. e **Vianna**, Jeferson M.: **Personal training e Condicionamento Físico em Academia**- Rio de Janeiro: SHAPE, 2003: pág 334.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

CARGO: Professor B - Geografia

Questão 20: Recurso Improcedente

As alternativas “A” e “E” são semelhantes e tal fato não interfere no questionamento dado para análise, visto que a alternativa que atende corretamente ao enunciado da questão, é a alternativa “D”.

Art. 22 e 23 – Lei Orgânica do Município de Porciúncula, 04 de Abril de 1990.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 32: Recurso Improcedente

A questão solicitou qual das alternativas que não seria um deslocamento populacional, e a única alternativa que não se enquadrava dentro desta realidade é a opção C. Sedentarismo, o homem sedentário não se desloca.

Referência Bibliográfica: *Vesentini, J.W.* Geografia Série Brasil. Editora Ática, 2003, p.252.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “C”.

CARGO: Professor B - História

Questão 20: Recurso Improcedente

As alternativas “A” e “E” são semelhantes e tal fato não interfere no questionamento dado para análise, visto que a alternativa que atende corretamente ao enunciado da questão, é a alternativa “D”.

Art. 22 e 23 – Lei Orgânica do Município de Porciúncula, 04 de Abril de 1990.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

Questão 26: Recurso Improcedente

Os itens I e II tratam do método de ensino na Pedagogia Progressista da Tendência Histórica-Crítica. O candidato recorrente argumentou citando o papel da escola, à função da avaliação, a relação Professor/aluno, técnicas de ensino da referida tendência, mas não cita referências ao **METÓDO DE ENSINO, conforme solicitado na questão**. As alternativas corretas I e II, descrevem o conhecido Método da Prática Social, ou seja, aquele que decorre das relações estabelecidas entre conteúdo – método e concepção do mundo onde são confrontados os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científica/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

O item III trata-se do método de pesquisa da Tendência da Escola Nova Diretiva, da Pedagogia Liberal e o item IV, do método Dialógico da Tendência Libertadora, mais conhecido como Escola de Paulo Freire, da Pedagogia Progressista, reafirmamos, portanto como correta a alternativa “C”.

Questão 40: Recurso Improcedente

Considerando o argumento de que o Estado de Direito não é específico da Amazônia, ele extrapola aos dados do enunciado da questão, que segundo Eduardo Viola é **COM RELAÇÃO À AMAZÔNIA** (exatamente para especificar a **AMAZÔNIA**).

As alternativas A, C, D, E apresentam elementos que se contrapõem à política inovadora e corajosa sugerida pelo autor no período histórico, também explícito no enunciado da questão.

Fonte: Viventino, Cláudio. História Geral e do Brasil. São Paulo. Scipione. Edição Atualizada – 2008 (Série Parâmetros).

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

CARGO: Professor B - Inglês

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa "B".

CARGO: Professor B - Matemática

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa "B".

CARGO: Professor B - Português

Questão 20: Recurso Improcedente

As alternativas “A” e “E” são semelhantes e tal fato não interfere no questionamento dado para análise, visto que a alternativa que atende corretamente ao enunciado da questão, é a alternativa “D”.

Art. 22 e 23 – Lei Orgânica do Município de Porciúncula, 04 de Abril de 1990.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “D”.

Questão 24: Recurso Improcedente

A questão está correta, o artigo 135 estabelece claramente que a estabilidade ocorrerá após dois anos. O art. 80 também nos diz que o candidato se ancora trata sobre a prestação de serviços.

Art. 135 - São estáveis, **após dois anos de efetivo exercício**, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 80 - A prestação de serviços públicos pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar que assegurará:

I - a exigência de licitação em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos do usuário;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “B”.

CARGO: Professor B – Orientador Educacional

Questão 17: Recurso Improcedente

A formulação da questão está correta, não procedendo às argumentações do recurso do candidato recorrente.

Questão 23: Recurso Improcedente

O Art. 79 esclarece a respectiva questão.

Art. 79 - O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna observados os seguintes princípios:

I - autonomia municipal;

II - propriedade privada;

III - função social de propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do plano emprego;

IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e micro-empresas. Reafirmamos, portanto como correta a alternativa “A”.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, deferidos ou indeferidos, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencados.

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objeto de recurso nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente processo seletivo quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos, como é o caso de nível superior que tiveram diferenciado apenas os conhecimentos específicos, sendo as demais disciplinas (Português, Raciocínio Lógico, Conhecimentos Gerais, etc) iguais.

Publique-se,

Porciúncula (RJ), 05 de Agosto de 2010.

IDECAN